

A medicalização da raça. Médicos, educadores e discurso eugênico, de Vera Regina Beltrão Marques. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.

Liane Maria Bertucci*

Vera Regina Beltrão Marques, uma farmacêutica, mestre em Educação e doutoranda em História Social na Unicamp, utilizando com singular maestria o referencial teórico elaborado por Michel Foucault, realizou estudo onde analisa a elaboração e implementação de estratégias disciplinares na sociedade paulistana dos anos 20, uma sociedade onde a indústria tinha presença marcante. Recuperando de forma elucidativa o papel do saber médico na reorganização da cidade, a partir do final do século XIX, a autora destaca de forma perspicaz como as tentativas para solucionar os problemas relativos a salubridade e a higiene selaram a união (nem sempre pacífica) entre a medicina e o Estado, na tentativa de controlar a população dos centros urbanos.

Em seguida, Vera Marques desvenda aspectos da complexa relação saúde-sociedade-Estado, que possibilitou a discussão de idéias relacionadas à melhoria racial e à elaboração de um discurso eugênico entre médicos e educadores em São Paulo (e posteriormente no Brasil) no início do século XX, um discurso que visava dar uma resposta científica à questão do controle social, agora numa realidade alterada pelo fim da escravidão, pelas idéias republicanas, pelas fábricas e pelos imigrantes.

Como controlar uma população tão heterogênea e, ao mesmo tempo, não abandonar noções de igualdade e soberania dos homens, defendidas pela república? Como forjar uma nação harmoniosa e progressista em território

* Doutoranda em História Social na Unicamp.

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas - SP	Nº 2	183-185	1995
------------------------	---------------	------	---------	------

tão vasto e com tão grande diversidade racial? Estas eram indagações que permeavam amplos setores da sociedade nacional nos anos 20 para os quais, segundo a autora, a eugenia oferecia a resposta definitiva: o branqueamento (daí a importância da imigração européia), com a formação de homens saudáveis e cordatos.

Fazendo para o leitor uma descrição clara das diferentes teorias relacionadas à questão racial que influenciaram intelectuais brasileiros, percebendo seu desenvolvimento inicialmente em São Paulo devido à organização social existente, Vera Marques mostra como idéias baseadas em Jean Baptiste Lamarck, de embranquecimento via miscigenação, para o melhoramento progressivo da espécie, foram combinadas com as de Johann Mendel, que defendiam a formação de homens racialmente superiores através do aprimoramento na própria espécie, não pela miscigenação mas pela transmissão fixa de caracteres hereditários. A diversidade destas teorias - possibilidade ou não da herança de características “superiores” adquiridas - aqui ficava ofuscada pela abordagem racista que era feita, ou seja, os partidários de ambas as correntes de pensamento buscavam a criação de uma nação de brancos por serem racialmente superiores.

Recuperando nas falas de médicos e pedagogos como as diferenças raciais apareciam como determinantes das diferenças sociais, a autora em seguida desvenda como foi possível não a exclusão (afinal todos eram homens livres), mas a tutela da grande maioria do povo brasileiro, seu alijamento “temporário” dos processos de decisão nacional, já que não estavam aptos a exercer a plena cidadania devido às características da raça negra, que naturalmente os inferiorizava. Mas a doutrina denominada por Francis Galton em 1883, de “ciência eugênica”, tinha por pressuposto básico o aperfeiçoamento das populações. Marques mostra como, partindo dessa idéia central, outros tantos homens, mestiços ou brancos, foram excluídos da vida nacional por serem considerados degenerados (moral e/ou fisicamente) pelos doutores da ciência, devido ao seu comportamento considerado “desviante”.

Vera Marques aponta como o discurso eugênico, formulado desta maneira, orquestrou atividades até então esparsas na sociedade, dando-lhes

uma nova dimensão. Da luta contra o alcoolismo à preocupação com a higiene, do combate ao movimento operário ao controle da sexualidade, uma empreitada gigantesca foi efetuada, um verdadeiro arsenal controlador foi montado para gerir de maneira conveniente os homens em busca de dois objetivos que se fundiam: a melhora racial e a criação da nação brasileira, objetivos que se espalharam pela sociedade e motivaram diversas ações e associações nos anos 20 (a começar pela própria Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada por Renato Kehl ainda em 1918), informando a política estatal notadamente a partir da década de 30.

Tratava-se, segundo a autora, não de reprimir ou tolerar, mas de gerenciar convenientemente os homens, suas atividades, conformando seus corpos, embranquecidos e hígidos, para o bem da pátria. Neste sentido, dois temas ganharam destaque na análise de Marques, a hereditariedade e a educação. A hereditariedade enquanto preocupação eugênica com a prole que constituiria a nação (questões como o exame pré-nupcial e a regulamentação dos casamentos - na impossibilidade de esterilizar os considerados degenerados - são exaustivamente discutidas); e a educação, na escola ou em casa, que modelaria a criança e, portanto, bem formaria o homem do futuro, além disto, através da educação infantil era possível atingir e reestruturar o cotidiano da própria família. Na base destas duas grandes questões estava a sexualidade, seu controle de maneira a proporcionar o nascimento de uma nação sadia, de homens trabalhadores e amantes da ordem, o que seria decisivo para o “progresso do país”.

Tratando de tema tão fascinante quanto complexo e assim de difícil estudo, utilizando de maneira competente conceitos foucaultianos, muitas vezes empregados de forma repetitiva e estéril, o trabalho *A medicalização da raça* merece leitura atenta de todos aqueles que se interessam pela história do Brasil, especialmente pela de São Paulo nos anos 20 e por seus desdobramentos nos anos seguintes.